

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO NO SETOR DE CAIXA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

ANALYSIS OF INTERNAL CONTROL IN THE CASH SECTOR IN A CREDIT COOPERATIVE

Tatiane Eliza Boldrini¹
Maysa Oliveira de Melo Antonio²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar o Controle Interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito, localizada no município de Nova Mutum - MT no ano de 2019. Para alcance do objetivo geral foram definidos os objetivos específicos: (a) verificar o manual do caixa aprovado pelo conselho de administração da instituição, que determina as normas para os procedimentos de retaguarda; (b) examinar documentações relativas aos caixas e relatórios de controle interno, confrontando-os com o manual do caixa; (c) analisar o funcionamento do sistema do controle interno do caixa da cooperativa. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem qualitativa, em um estudo de caso. Os dados coletados na Cooperativa X, foram submetidos a três fases de avaliação do trabalho de auditoria, sendo elas: (i) Exame preliminar; (ii) Elaboração do programa de trabalho; (iii) Obtenção de evidências. Os resultados indicam que a Cooperativa X está conduzindo-se positivamente conforme as normas institucionais estabelecidas em seus manuais na maioria dos itens analisados, contudo, foram constatadas duas irregularidades no confronto entre os ativos físicos e sistema, gerando pendências nos relatórios de auditoria. Dessa forma, o estudo contribui para que os gestores identifiquem e corrijam falhas no sistema de controle interno do caixa da cooperativa analisada, resultando em maior confiabilidade para seus usuários.

Palavras-chave: Controle Interno, Setor Caixa, Cooperativas, Auditoria, Riscos.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the Internal Control of the cash sector of a credit union, located in the city of Nova Mutum - MT in 2019. To achieve the general objective were defined the specific objectives: (a) check the manual the cash approved by the institution's board of directors, which sets the standards for back-up procedures; (b) examine cashier documentation and internal control reports against the cashier's manual; (c) analyze the operation of the cooperative's cashier internal control system. Therefore, the qualitative approach method was used in a case study. The data collected in Cooperative X were submitted to three phases of audit work evaluation, as follows: (i) Preliminary examination; (ii) Preparation of the work program; (iii) Obtaining evidence. The results indicate that

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Nova Mutum – MT.

² Mestre, Professor do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Nova Mutum – MT.

Cooperative X is conducting itself positively according to manual procedures, but has inefficiencies still in its internal systems, where they found two irregularities in the confrontation between physical assets X System, having inconsistent information in its system that did not physically contain, causing uncertainties in their documents, and pending audit reports. The study helps managers to identify and correct possible failures in the cooperative's cashier internal control system, resulting in greater reliability for their users.

Keywords: Internal Control, Cash Sector, Cooperatives, Audit, Risks.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as organizações têm trabalhado diretamente em processos de investimentos. Em decorrência disso, as cooperativas de crédito vêm transmitindo sentidos social e democrático de que a união de duas ou mais pessoas traz benefícios maiores do que se realizassem qualquer atividade individualmente (SCHIMMELFENIG, 2010). No Brasil, tais instituições experimentam grande crescimento estratégico e organizacional, fato fundamental para ampliar sua atuação no mercado financeiro nacional (MOREIRA; BARAN, 2018)

No entanto, em função da complexidade de suas informações, os riscos a que as cooperativas estão expostas no mercado financeiro são diferentes dos assumidos por empresas convencionais, criando a necessidade de maior gestão e controle em relação a eles (ALEXANDRE et al., 2018). Em decorrência disso, as cooperativas precisam ter sistemas de controle que proporcionem a seus clientes e colaboradores maior confiabilidade nos produtos e serviços por elas oferecidos (SILVA; CASTRO, 2011).

Nessa perspectiva, as cooperativas de crédito precisam contar com a realização de auditorias internas, conforme as Resoluções 2.554/1998 e 3.056/2002, do Conselho Monetário Nacional e Carta Circular 3.337/2008 do Banco Central do Brasil (BACEN, 2008). A auditoria interna, como informa a nomenclatura, está direcionada ao setor de controle interno das organizações, constituindo-se em uma ferramenta que pode ser utilizada para prevenir falhas nos processos operacionais (MOURA; BARBOSA, 2016).

Em uma cooperativa de crédito, o caixa representa um elemento essencial para suas funções operacionais, táticas e estratégicas (OLIVEIRA; SOARES, 2018) Dessa forma, proceder ao controle interno é uma atividade importante na gestão administrativa. Isso posto, o presente trabalho norteia-se pelo seguinte questionamento: **a Cooperativa de Crédito X realiza o controle interno no setor de caixa com base nas normas institucionais estabelecidas?**

Visando a responder à questão apresentada, este estudo tem como objetivo principal analisar o controle interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito localizada no município de Nova Mutum (MT) no ano de 2019. Seus objetivos específicos são: (i) verificar o manual do caixa aprovado pelo conselho de administração da instituição, que determina as normas para os procedimentos de retaguarda; (ii) examinar documentações relativas aos caixas e relatórios de controle interno, confrontando-os com o manual do caixa; (iii) analisar o funcionamento do sistema do controle interno do caixa da cooperativa.

Estimativa realizada pela Organização das Nações Unidas indica que, no mundo, a cada seis pessoas, uma é associada a uma cooperativa de crédito, sendo que cerca de 2,6 milhões de cooperativas empregam 12,6 milhões de pessoas no mundo (ONU BRASIL, 2016). A influência das cooperativas para a sociedade reforça a necessidade de avaliação de seus processos internos, justificando esta investigação.

O estudo contribui para que os gestores identifiquem e corrijam possíveis falhas no sistema de controle interno do caixa da cooperativa analisada, resultando em maior confiabilidade para seus usuários. No meio acadêmico, acrescenta à literatura disponível material sobre aspectos contábeis relativos a um grupo específico como são as cooperativas.

O presente artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução: na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, seguido da metodologia, exposta na seção 3. Os resultados obtidos são interpretados na seção 4. Por fim, a quinta e última seção sublinha as considerações finais obtidas com o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativas de crédito

As cooperativas são definidas por Schimmelfenig (2010) como instituições financeiras formadas por um grupo de pessoas, com forma jurídica e de natureza civil sem fins lucrativos. Seu objetivo é satisfazer as necessidades e ambições econômico-financeiras de seus associados, proporcionando-lhes prestação de serviços e produtos vantajosos, por exemplo, com juros menores em comparação aos praticados por bancos privados e públicos.

Diferentemente de um banco, seja ele privado ou público, as cooperativas de créditos são controladas por seus próprios associados, que, além de poder fazer parte de seu conselho fiscal e diretoria, podem participar do planejamento futuro da instituição, possuindo direito a voto nas decisões a ela relativas, independentemente do valor de cota capital que possuírem (PINHEIRO, 2008).

No contexto social e econômico brasileiro, as cooperativas de crédito se destacam como via de acesso ao microcrédito, oferecendo vantagens aos seus cooperados: além da já mencionada concessão de crédito a juros baixos, estes se encontram vinculados a uma instituição com menores custos nas operações, tendo, ainda, participação efetiva nos resultados, com a distribuição de sobras (SILVA; CASTRO, 2011).

2.2 Riscos em instituições financeiras

Em função das crescentes mudanças e incertezas do mercado financeiro, os riscos a que estão expostas as instituições nele inseridas são diferentes dos assumidos pelas empresas convencionais. Por isso, as cooperativas de crédito necessitam de sofisticados sistemas e ferramentas de avaliação para auxílio na gestão e controle de riscos (GALVÃO et al., 2018).

O Quadro 1 sintetiza os diferentes riscos associados ao mercado financeiro.

Quadro 1 - Riscos do mercado financeiro

Continua

Riscos	Principais características
Risco de crédito	É a probabilidade de um cliente ativo não devolver o principal de seu empréstimo ou crédito e/ou não pagar os juros de acordo com o estipulado no contrato. Ocorre quando as contrapartes estão pouco dispostas ou impossibilitadas de cumprir suas obrigações contratuais.
Risco de mercado	Referem-se à possibilidade de perda em determinado período, graças a movimentos inesperados e adversos nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preço dos ativos. Relacionam-se diretamente com mudanças e incertezas, pois qualquer mudança na economia pode provocar grandes alterações.

Conclusão

Riscos	Principais características
Risco de liquidez	É o risco assumido pelo tomador de empréstimo de não dispor dos fundos necessários para o pagamento da dívida.
Risco operacional	É oriundo da falta de segurança na guarda e no transporte de ativos, da insuficiência de controles e informações, de processamento e controles inadequados, de quebra de sigilo, da possibilidade de fraudes. Envolve o processo de controles internos e da administração corporativa.

Fonte: adaptado de Galvão et al. (2018).

2.3 Auditoria contábil

A evolução da auditoria ocorreu como consequência do desenvolvimento da contabilidade, com o surgimento das empresas de capital aberto e das organizações multinacionais (KLAMT BUSSLER *et al.*, 2017). Com tais eventos, surgiu uma maior dificuldade na administração dos negócios e a percepção da necessidade de se formar equipes de funcionários para realizar o acompanhamento das rotinas operacionais (PEREZ JÚNIOR, 2010).

A auditoria é definida por Crepaldi (2011) como o levantamento de procedimentos técnicos que objetiva a emissão de pareceres, a fim de evitar erros e fraudes, desfalques e subornos, certificando a veracidade das demonstrações contábeis e de documentos dos setores auditados. Conforme Pinheiro e Cunha (2009), enquanto a fraude se caracteriza pela ação intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, por agentes internos ou externos, de forma não autorizada, o erro, por sua vez, configura-se como ato não intencional resultante de omissão, desatualização ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações.

Dois tipos de auditoria podem ser realizados em uma organização: a interna e a externa. A auditoria interna é uma ramificação da segunda, sendo realizada por um funcionário da empresa, o qual será responsável por auditar os setores, mas não poderá desenvolver as atividades que um dia possa a vir a examinar, para que sua independência não seja afetada. Já a auditoria externa não possui relação com a empresa auditada, sendo realizada por auditores independentes (MOREIRA; BARAN, 2018).

A auditoria interna possui influência nas cooperativas de crédito, auxiliando no aperfeiçoamento de seus produtos e serviços (KLAMT BUSSLER *et al.*, 2017). Dessa maneira, é considerada um instrumento de trabalho, podendo ser utilizado para prevenção e correção de falhas e fornecendo uma melhora contínua para a cooperativa (MOREIRA; BARAN, 2018).

No Quadro 2, são apresentados os elementos que diferenciam ambas as modalidades de auditoria.

Quadro 2 - Auditoria externa X auditoria interna

Elementos	Auditoria externa	Auditoria interna
Ação e objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno
Amplitude da área coberta pelo exame	Maior	Menor

durante um período		
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo
Sujeito responsável	Profissional independente	Auditor interno (funcionário)
Grau de independência	Mais amplo	Menos amplo
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista

Fonte: adaptado de Crepaldi (2011, p. 77).

No âmbito de instituições financeiras, a Resolução Bacen 4.588/2017 descreve que estas devem implementar e manter a atividade de auditoria compatível com sua natureza, porte, complexidade, estrutura e perfil de risco do modelo de negócio da instituição (BACEN, 2017).

Em relação às fases do trabalho de auditoria, no Quadro 3 são demonstradas as que foram utilizadas neste estudo analisar o controle interno da Cooperativa X:

Quadro 3 - Fases do trabalho de auditoria

Procedimento	Principais características
Exame preliminar	Objetiva obter os elementos necessários ao planejamento dos trabalhos. O responsável deve buscar conhecer a entidade ou setor em que pretende realizar a auditoria, por meio da análise de manuais, dos livros de caixas, da legislação existente e dos relatórios dos últimos trabalhos realizados, com especial atenção para as ressalvas e as pendências feitas em auditorias passadas.
Elaboração do programa de trabalho	Exige a determinação precisa dos objetivos do exame, a identificação do universo a ser examinado, a definição e o alcance dos procedimentos a serem utilizados, a localização do objeto ou unidade examinada, o estabelecimento das técnicas apropriadas e a estimativa das horas necessárias à execução dos trabalhos.
Obtenção de evidências	Por último, o auditor deve realizar, na extensão indicada na programação, os testes ou provas adequadas, para obter evidências qualitativamente aceitáveis, que fundamentem e sustentem o seu trabalho de forma objetiva.

Fonte: adaptado de Castro (2018).

2.4 Controle interno

O controle interno tem como objetivo principal atender à administração da empresa na implementação e vigilância das normas internas definidas, avaliando-as e aperfeiçoando-as com sugestões. Esse controle é executado nas instituições por um setor próprio, pelos seus funcionários, de forma permanente e com absoluta independência, concentrado na identificação dos possíveis erros e fraudes (PINHEIRO; CUNHA, 2009).

Os procedimentos do controle interno estão segregados por funções. Para Pereira (2009), a segregação de funções ocorre quando duas partes de uma transação são processadas por indivíduos diferentes, sendo que um tem a oportunidade de checar a atuação do outro. Assim, quando adotada, a segregação de funções é capaz de reduzir consideravelmente o número de erros e fraudes dentro de uma organização (JESUS, 2016).

Até 1998, as instituições financeiras não tinham a identificação de ações criminosas como rotina, o que veio a ser modificado com a Lei 9.613/. Com essa legislação, tais instituições passaram a ser obrigadas a dispor de controles mais rigorosos e conhecimento mais amplo em relação aos seus clientes, a fim de proteger sua reputação e, consequentemente, o próprio sistema financeiro (BACEN, 2008).

Jesus (2016) relata que regularmente, os sistemas de controles internos em uma cooperativa de crédito são aprimorados frente à complexidade dos produtos e serviços ofertados aos seus associados. A política de controles internos realiza implantação de procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento de seu sistema de controles internos com os objetivos fixados pela instituição, relacionados com as estratégias globais do negócio e com as demais políticas institucionais (COUTINHO, 1998).

2.4.1 Controle interno no setor de caixa

O setor de caixa de uma instituição financeira é o departamento que envolve maior risco, de modo que, nele, os procedimentos de controles internos tendem a ser mais extensos e detalhados em relação a outras áreas (CREPALDI, 2011). Isso porque, sendo um setor que possui recebimento de depósitos, o caixa de um banco é o mais sujeito à utilização indevida. Sendo assim, mesmo perante a existência de um sistema de controle interno eficiente, é necessário que o auditor efetue um maior volume de testes no setor (CALLIERO; DOCKHORN; ZONATTO, acesso em 22 maio 2019).

Os auditores devem ter conhecimento sobre o funcionamento da instituição, para que possam entender o desempenho do setor de caixa e dar sugestões construtivas para o aprimoramento de suas funcionalidades (ALMEIDA, 2008). Somado a isso, as pessoas responsáveis por realizar o controle interno devem ser funcionários da cooperativa e possuir acesso às dependências da entidade, podendo, assim, consultar documentos, manuais, conferências de valores e livros considerados indispensáveis ao seu trabalho, devendo manter sigilo dos dados e informações obtidas (CASTRO, 2018).

Como procedimentos para garantir maior segurança, a cooperativa de crédito precisa ter no setor de caixa um cofre para guardar dinheiro, cheques custodiados/devolvidos, cartões de créditos e talões de cheques, além de mesas e armários com trancas para guardar documentos confidenciais e senhas de acesso aos arquivos de computador. Deve, ainda, realizar, mensalmente, uma conciliação do numerário do caixa/cheques, talões e cartões entre outros, para verificar se os saldos registrados divergem dos relatórios (FREZATTI, 2014)

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter descritivo, que, conforme Gil (2008), tem como objetivo principal esmiuçar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como qualitativa, cujo foco é compreender os fenômenos que são constatados a partir da percepção dos participantes em um determinado ambiente na relação ao contexto literário, aprofundando suas experiências, pontos de vistas e opiniões, ou seja, a forma como os participantes captam a realidade (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; FERNÁNDEZ-COLLADO; BAPTISTA-LÚCIO, 2010).

Por se tratar de um estudo específico, caracteriza-se como estudo de caso. Os dados da pesquisa foram coletados no ano de 2019, no setor de caixa de uma cooperativa de crédito, a qual requer sigilo sobre sua identificação, passando, então, a ser denominada como Cooperativa de Crédito X, situada no município de Nova Mutum (MT).

A auditoria do controle interno da cooperativa analisada passou por três fases descritas por Castro (2018) e mencionadas no referencial teórico deste estudo, a saber: (i) exame

preliminar do setor caixa; (ii) elaboração do programa de trabalho; (iii) obtenção de evidências junto à cooperativa analisada.

Para tanto, realizou-se um levantamento dos documentos de caixa, manual aprovado pela cooperativa, verificação da guarda de documentos e cruzamento de dados do sistema com os documentos fiscais e relatórios do controle interno. Para direcionar o confronto das informações descritas no manual de caixa aprovado pela cooperativa com os documentos e procedimentos realizados em seu setor de caixa, elaborou-se um *check list* contendo os principais pontos do controle interno que foram auditados.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados, em três etapas, os resultados da análise do controle interno da Cooperativa de Crédito X, conforme Castro (2018).

4.1 Exame preliminar do setor de caixa

Como procedimento de exame preliminar, na primeira etapa da auditoria, foi efetuado um estudo da entidade e do setor específico em análise, a saber, o setor de caixa. A realização do trabalho e exame dos documentos internos contou com a prévia aprovação do gerente da unidade e do setor de controle interno da Cooperativa X.

A partir do “Manual de procedimento de caixa e retaguarda”, o qual foi aprovado pela Cooperativa em 22 de abril de 2019, estando em sua versão 3.2, conforme Ata nº 0015/2019, elaborou-se um *check list* contendo os principais itens a serem examinados no caixa.

Com o objetivo de obter os documentos necessários para o planejamento do trabalho, realizou-se um estudo específico do manual de caixa, das últimas resoluções e normas que precisam ser seguidas pelas instituições financeiras aplicadas aos setores de controle interno e auditoria. Por fim, procedeu-se à apuração dos últimos relatórios de auditoria realizados na Cooperativa X no setor de caixa, verificando as ressalvas e pendências, de modo a se obter embasamento e direcionamento para o estudo.

Nos últimos relatórios, foram averiguadas duas ressalvas sobre o setor de caixa. A primeira é diz respeito a documentos sem as assinaturas dos cooperados, algumas das quais, inclusive, sem correspondência com o cartão-autógrafo do cooperado. A outra questão pontuada é sobre o arquivo, especificamente, pois, possuía dois arquivos separados para as contas pessoa física e no outro pessoa jurídica, onde foi levantada a argumentação de juntar todas as pastas e sequenciar as mesmas em ordem numérica das contas.

4.2 Programa de trabalho

Na segunda etapa da pesquisa, foi elaborado um programa de trabalho, evidenciando todas as tarefas a serem desempenhadas, o período e a quantidade de horas necessárias para execução do trabalho de auditoria do controle interno. Perez Júnior (2010) traz um modelo de programa para a realização do trabalho de controle interno, o qual foi adaptado para a realidade da Cooperativa X, sendo demonstrado a seguir.

Quadro 4 - Cronograma do controle interno no setor de caixa

Atividade	Período	Horas dispendidas
-----------	---------	-------------------

Planejamento detalhado	12-20/08/2019	28
Revisão do manual de caixa e retaguarda	21-26/08/2019	16
Confrontos dos ativos com os registros	09-13/09/2019	20
Análise do fechamento de caixa e auditoria	16-20/09/2019	18
Verificação da guarda de documentos e dossiês	23-30/09/2019	22
Revisão dos dados coletados	03-16/10/2019	25
Total		129

Fonte: adaptado de Perez Júnior (2010).

Crepaldi (2002) relata que o planejamento correto de auditoria é aquele que compreende a elaboração de um plano de trabalho, sendo determinado o tempo utilizado para desempenhar a tarefa. O planejamento e a programação são tão importantes quanto o conhecimento dos procedimentos de auditoria, pois estes auxiliarão o auditor na formulação de sua opinião e emissão do relatório ou parecer da auditoria (SOUZA; PEREIRA, 2006).

4.3 Obtenção de evidências

Depois de elaborado o programa de trabalho, a terceira e última etapa da pesquisa constituiu-se na obtenção de evidências. Para isso, realizou-se o confronto dos itens descritos no *check list* previamente planejado, com os ativos, registros e documentos pertencentes ao caixa da Cooperativa X. Os resultados foram divididos e apresentados nos Quadros 5 a 7.

O Quadro 5 apresenta o confronto entre os ativos da cooperativa com os registros lançados no sistema.

Quadro 5 - Confronto dos ativos com os registros

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	A vinda do responsável pelo controle interno foi comunicada para a Unidade de Negócio?		X	
2	O local do cofre é devidamente protegido e restrito?	X		
3	Foram realizadas as contagens do cofre com o responsável pela Tesouraria?	X		
4	A contagem do dinheiro do cofre confere com o valor disponível no sistema?	X		
5	Foi realizada a conferência geral dos numerários do <i>cash</i> e o valor confere com o da Tesouraria?	X		
6	Os somatórios dos cheques disponíveis estão de acordo com os relatórios de cheques disponíveis no sistema?		X	
7	Os talonários físicos em estoque na Unidade de Negócios são conciliados com os relacionados no relatório de talões disponíveis?	X		
8	Os cartões de crédito/débito disponíveis para retirada estão de acordo com a planilha que o financeiro disponibiliza?		X	

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

No item 1 do Quadro 5, observa-se que a vinda do responsável pelo controle interno não foi comunicada à unidade. Isso acontece para que não ocorram atos negligentes que possam afetar a eficiência do processo. Attie (2011) sublinha que é necessário que o auditor realize a visita ao setor de auditoria de forma inesperada, para evitar manipulações ou artifícios que vislumbrem encobrir alguma falha.

No item 2, constatou-se que o cofre se encontrava devidamente protegido, com trancas, em um local restrito e de pouca locomoção de pessoas. Esse procedimento, de acordo com Frezatti (2014), serve para assegurar a proteção e sigilo dos documentos neles guardados.

Conforme o item 3, a contagem do cofre foi realizada com o responsável pela tesouraria, com a ciência do gerente da agência. Em observância a esse item, Almeida (2019) ressalta que todas as contagens físicas realizadas no cofre precisam contar com, no mínimo, dois colaboradores para acompanhar a comparação dos saldos no relatório, para a aprovação de sua autenticidade.

Nos itens 4 e 5, verificou-se que as contagens dos numerários disponíveis, tanto no cofre quanto no *cash* (caixa eletrônico), estavam de acordo com os valores registrados no sistema. Além disso, foi efetuada contagem em todos os talões existentes para retiradas, confirmando a somatória do relatório disponível no sistema (item 7).

Entretanto, foram constatadas divergências no confronto entre os valores dos ativos do cofre e os valores informados no sistema (itens 6 e 8). Examinando-se as discordâncias no item 6, as somatórias dos cheques no cofre divergiam dos valores constantes no sistema. A diferença foi identificada em duas situações que ocorreram durante o mês de Agosto de 2019.

Na primeira situação, dois cheques foram lidos em outra agência, porém, estavam vinculadas à agência analisada neste estudo, aqui denominada de Agência X. Portanto, quando verificado o sistema, esses cheques constavam nos relatórios, mas, fisicamente, se encontravam em outra filial, acarretando a diferença identificada. Na outra situação, dois cheques estavam lançados no sistema da Central, em decorrência de erro sistêmico. Porém, fisicamente, encontravam-se na Agência X.

Quanto ao item 8, verificou-se que os cartões disponíveis para retirada estavam em desacordo com a planilha disponibilizada pelo financeiro, planilha esta enviada regularmente constando todos os cartões enviados para a agência. Tal diferença diz respeito a três cartões que, no momento da auditoria, estavam sendo transportados da Central até a agência analisada, razão pela qual não se encontravam fisicamente no cofre.

A análise dos relacionados aos fechamentos de caixa/tesouraria está no Quadro 6.

Quadro 6 - Análise de fechamento de caixa/tesouraria

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	O fechamento do caixa está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
2	O fechamento da tesouraria está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
3	Foi realizada a conferência das assinaturas dos cooperados nos documentos de fechamento do caixa, cruzando-as com seus respectivos cartões-autógrafos?	X		
4	Nas trocas de cheques próprios da Cooperativa X, todas as informações do terceiro que vai realizar os descontos são colhidas, conforme o Manual do Caixa e Retaguarda?			X

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

Analisando-se o Quadro 6, observa-se, nos itens 1 e 2, que o fechamento diário do caixa e da tesouraria, foram realizados em conformidade com o disposto no “Manual de procedimentos de caixa e retaguarda”. Nesses itens, foram verificados, especificamente, os relatórios gerados no dia, nos quais os documentos estavam devidamente assinados pelos cooperados, sendo constatado que os valores condiziam com o que o sistema informava.

No item 3, nota-se que as documentações que estavam no fechamento de caixa continham a assinatura dos associados. Nesse item, foram examinados os documentos de transferências, aplicações e trocas de senha, sendo que todas as assinaturas condiziam com o cartão-autógrafo.

No item 4, que se refere a trocas de cheque próprio da Cooperativa X, não foi possível realizar a análise, uma vez que, na data da avaliação do item, não houve troca de cheque.

Os resultados dos itens examinados referentes aos dossiês e guarda de documentos dos cooperados estão demonstrados no Quadro 7.

Quadro 7 - Análise dos dossiês e guarda de documentos

Nº de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	Os arquivos estão devidamente protegidos com cadeados?	X		
2	Os dossiês estão organizados em ordem numérica com os números das contas, para serem facilmente encontrados?	X		
3	Todos os arquivos possuem identificação?	X		
4	Dossiês estão com os cartões-autógrafos, para conferência da assinatura?	X		

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

No item 1 do Quadro 7, notou-se que os arquivos de dossiês se encontravam protegidos com cadeado. Nesse item, verificou-se, ainda, que os arquivos são alocados em local específico possuindo gavetas para as pastas suspensas, estando todas devidamente protegidas. No item 2, verificou-se que os dossiês estavam organizados em ordem numérica e com os números de contas, garantindo, assim, facilidade no seu manuseio.

No item 3, os arquivos escolhidos continham identificação com o número da conta, matrícula e nome do associado para confirmação dos dados. Dessa forma, os três primeiros itens são afirmativos quanto à sua adequação ao estabelecido pelo manual do caixa da instituição.

No item 4, foram escolhidos, aleatoriamente, dez dossiês, sendo cinco de pessoas físicas e cinco de pessoas jurídicas, constatando-se que todos possuíam os cartões-autógrafos com suas respectivas assinaturas. Assim, na hipótese de não ser encontrado no sistema, o cartão-autógrafo estava disponível na pasta, para conferência.

Adicionalmente, verificou-se o item segregação de funções no setor de caixa. Ficou constatado que a Cooperativa X, possui poucos colaboradores. Dessa forma, ocorrem casos em que, pela ausência de algum colaborador, outros realizam diversas tarefas, ficando a instituição vulnerável a erros. Em relação a isso, Attie (2011) reforça que a segregação de funções, permite dividir diferentes responsabilidades entre as pessoas, para que elas não exerçam atividades incompatíveis, como executar e fiscalizar uma mesma atividade, o que levaria a conflitos de interesses.

Outro ponto relevante constatado na Cooperativa X é que, durante o ano, o auditor do controle interno realiza de duas a três visitas às agências. Mesmo que o controle interno não aprofunde as averiguações frequentemente, as agências realizam o confronto dos documentos todo final de mês, seguindo as regras expostas no “Manual de procedimento de caixa e retaguarda”. Isso parece demonstrar a importância dada ao controle interno para o setor de caixa, por constituir-se em uma ferramenta que garante a prevenção contra fraudes e minimiza riscos, erros e irregularidades na instituição.

De modo geral, os resultados sugerem que a cooperativa X realiza corretamente seu trabalho de controle interno, no entanto, possui ineficiências, onde se constatou

irregularidades nos confrontos realizados com os ativos e registros no Quadro 5. Tal ineficiência se refere à informações divergentes entre sistema X físico, ocasionando retrabalhos, e pendências nos relatórios do Controle Interno.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho do controle interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito localizada no município de Nova Mutum (MT), tendo como referência o período de 2019.

Foi possível analisar as três etapas descritas por Castro (2018), a saber, o exame preliminar, o programa de trabalho e a obtenção de evidências, a partir das quais foi criado um *check list* para apuração dos resultados, apresentados separadamente, para o confronto dos ativos com os registros, a análise de fechamento de caixa/tesouraria e dos dossiês/guarda de documentos.

No confronto dos ativos com os registros foram observados aspectos sobre os cofres e produtos de portfólio. Notou-se que o caixa possui manuseio, sendo encontradas duas irregularidades: os valores dos cheques constantes no sistema divergiam em relação ao valor físico, tratando-se de erros sistêmicos cadastrados em outras singulares; havia divergência, ainda, na soma de cartões disponíveis para a retirada por parte dos cooperados, uma vez que, no momento de conferência, cartões não estavam fisicamente no cofre, pois estavam sendo transportados da Central até a agência analisada, embora estivessem constando no sistema.

Analisados, em segundo momento, o fechamento do caixa e da tesouraria e conferidos todos os relatórios e documentos retirados no dia do fechamento com os dados obtidos no sistema, verificou-se que todos estavam em concordância, atestando, assim, que as pendências encontradas nas auditorias anteriores foram sanadas e a preocupação dos colaboradores em seguir as normas e manuais vem se intensificando.

Por último, examinadas as guardas dos dossiês/documentos, constatou-se que todos os arquivos selecionados estavam mantidos em boa ordem e guarda, até a sua manutenção efetiva do prazo do arquivo, tendo sido implantado estabelecido, em 2014, que todas as documentações do cooperado fossem anexadas a um sistema próprio, ficando, assim, disponíveis para serem visualizadas por todos. A análise das recomendações relativas aos critérios sobre a guarda dos documentos, presentes nos relatórios de auditoria passadas, permitiu notar que a agência analisada se adequou, conforme orientação do setor de controle interno.

Verificou-se, ainda, o efeito de segregação de funções no setor de caixa, que consiste em reduzir oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e ocultar erros e fraudes em suas funções. Os resultados apontam que, no momento, a condição relativa à quantidade de funcionários afeta o setor de caixa quando algum colaborador falta, pois, nessas ocasiões, acontecem casos de um mesmo colaborador desempenhar duas tarefas ao mesmo tempo, sem possuir supervisão.

Considerando que as leis e normas de controle interno em instituições financeiras alteram frequentemente, sugere-se à instituição a busca contínua por aperfeiçoamento de seus colaboradores, contribuindo ainda mais na busca dos resultados e eficácia em suas operações.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se que, sendo este o estudo de uma realidade específica, seus resultados podem não se aplicar a todas as realidades de cooperativas, podendo existir variável não mensurada nesta investigação capaz de influenciar os aspectos estudados.

Desse modo, sugere-se, para estudos futuros, a expansão da base de dados, a fim de atingir uma quantidade maior de cooperativas de crédito. Outra possibilidade é expandir a análise para outros setores de atuação.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, A. et al. **Gestão de riscos no mercado financeiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BACEN. Resolução nº 4.588, de 29 de junho de 2017. Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50408/Res_4588_v1_O.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v3_P.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

CALLIERO, K. P.; DOCKHORN, M. da S. M.; ZONATTO, V. C. da S. **Gestão de riscos operacionais em instituições financeiras: um estudo de caso com operações para pessoas jurídicas**. Disponível em: <<https://domalberto.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/11/GEST%C3%83O-DE-RISCOS-OPERACIONAIS-EM-INSTITUI%C3%87%C3%95ES-FINANCEIRAS-UM.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2019.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. São Paulo: Atlas, 2018.

COUTINHO, J. de S. A importância do controle interno da prevenção de fraudes. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Contábeis – UERJ**, v. 3, n. 1, p. 55-58, 1998. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/6700/pdf>>. Acesso em: 22 maio 2019.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **A. Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREZATTI, F. **Gestão de fluxo de caixa**. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, L. H. de. **Governança corporativa e controles internos em uma cooperativa de crédito**. Monografia (Pós-graduação em Controladoria e Gestão Empresarial) – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3913/Luciana%20Habby%20de%20Jesus.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

KLAMT BUSSLER, C. T. et al. Percepção dos auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito. **Contabilidad y Negocios**, v. 12, n. 23, p. 62-77. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6185949.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MOREIRA, A. de L.; BARAN, K. P. A importância da auditoria interna para as organizações. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 3, ed. 2, v. 5, p. 84-98, fev. 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/auditoria-interna.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MOURA, R. G.; BARBOSA, M. V. O controle interno e a auditoria como ferramentas eficazes de gestão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_308.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

OLIVEIRA, L. C. S.; SOARES, G. F. Gestão de riscos operacionais e controles internos: o caso de uma instituição bancária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 1, p. 227-249, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/18313/15830>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ONU BRASIL. **ONU destaca importância das cooperativas para a criação de empregos no mundo**. Jul. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-destaca-importancia-das-cooperativas-para-a-criacao-de-empregos-no-mundo/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PEREIRA, M. A. A. Controle interno e cultura organizacional. In: OLIVEIRA, V. I. de; PINHEIRO, J. L. **Gestão de riscos no mercado financeiro: uma abordagem prática e contemporânea para as empresas**. São Paulo: 2009. p. 249-250

PEREZ JÚNIOR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINHEIRO, G. J.; CUNHA, L. R. C. A importância da auditoria na detecção de fraudes. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 14, n. 1, p. 31-48, maio 2009. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/210>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PINHEIRO, M. A. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ-COLLADO, C.; BAPTISTA-LUCIO, M. Del P. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2010.

SCHIMMELFENIG, C. Cooperativismo de crédito: uma tendência. **Revista de Administração e Ciência Contábeis do Ideau**, v. 5, p. 1-12, 2010. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/601398/cooperativismo-de-cr%C3%A9dito--uma-tend%C3%Aancia-baixar-arquivo>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SILVA, E. A. T. A.; CASTRO, W. A. Cooperativas de crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiro. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e gestão**, v. 9, n. 1, p. 117-126, jan./ jun. 2011.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/277742668_Cooperativas_de_credito_a_evolucao_dos_principais_sistemas_brasileiros_com_um_enfoque_em_indicadores_economico-financeiro>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SOUZA, B. F. de S.; PEREIRA, A. C. **Auditoria contábil**: abordagem prática e operacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

APENDICES

CHECK LIST

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	A vinda do responsável pelo controle interno foi comunicada para a Unidade de Negócio?		X	
2	O local do cofre é devidamente protegido e restrito?	X		
3	Foram realizadas as contagens do cofre com o responsável pela Tesouraria?	X		
4	A contagem do dinheiro do cofre confere com o valor disponível no sistema?	X		
5	Foi realizada a conferência geral dos numerários do <i>cash</i> e o valor confere com o da Tesouraria?	X		
6	Os somatórios dos cheques disponíveis estão de acordo com os relatórios de cheques disponíveis no sistema?		X	
7	Os talonários físicos em estoque na Unidade de Negócios são conciliados com os relacionados no relatório de talões disponíveis?	X		
8	Os cartões de crédito/débito disponíveis para retirada estão de acordo com a planilha que o financeiro disponibiliza?		X	
9	O fechamento do caixa está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
10	O fechamento da tesouraria está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
11	Foi realizada a conferência das assinaturas dos cooperados nos documentos de fechamento do caixa, cruzando-as com seus respectivos cartões-autógrafos?	X		
12	Nas trocas de cheques próprios da Cooperativa X, todas as informações do terceiro que vai realizar os descontos são colhidas, conforme o Manual do Caixa e Retaguarda?			X
13	Os arquivos estão devidamente protegidos com cadeados?	X		
14	Os dossiês estão organizados em ordem numérica com os números das contas, para serem facilmente encontrados?	X		
15	Todos os arquivos possuem identificação?	X		
16	Dossiês estão com os cartões-autógrafos, para conferência da assinatura?	X		